

# Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.469.897 - SP  
(2019/0076415-9)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**EMBARGANTE : RICLAN S/A**  
**ADVOGADOS : RICARDO GOMES LOURENÇO E OUTRO(S) - SP048852**  
**NEWTON JOSE DE OLIVEIRA NEVES - SP068650**  
**MILTON FAGUNDES - SP118755**  
**LUIZ ALFREDO BIANCONI - SP133132**  
**MIRELLA NAPOLEAO BALDEZ - SP345107**  
**EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL**

## DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por **Riclan S.A.**, contra decisão de fls. 346/351, que determinou a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que o agravo em recurso especial por ela interposto seja apreciado apenas após exercido o juízo de conformação ou manutenção do acórdão local frente ao que foi decidido pelo STF no **RE 582.461 RG/SP - Tema 214**, nos termos dos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015.

A parte embargante aponta omissão no **decisum**, sustentando, em síntese, que *"o Agravo em Recurso Especial da ora Embargante versava não apenas sobre a multa, mas também sobre violação ao art.1.022 do CPC, além da questão quanto à ausência de subordinação do advogado nos moldes da CLT, o que se pode verificar da leitura da peça recursal (fls. 322/330 e-stj). Nesse panorama, a R. Decisão que apenas se manifestou quanto à multa de mora e decidiu devolver o Recurso para o E. Tribunal a quo, sem analisar os demais argumentos levantados pela ora Embargante, padeceu de omissão, devendo ser objeto de reapreciação pelo I. Ministro Relator. Não obstante, não é demais lembrar que, remetidos os Autos ao E. TRF-3, as violações a Lei Federal suscitadas no Recurso Especial e no Agravo em Recurso Especial não serão analisadas, restando prejudicado o direito de ampla defesa da ora Embargante."* (fl. 355).

Decorreu **in albis** o prazo da Fazenda Nacional para impugnação (fl.362).

## É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

De acordo com o previsto no artigo 1.022 do CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão do acórdão

# *Superior Tribunal de Justiça*

atacado ou para correção de erro material. Entretanto, no caso, não se verifica a existência de quaisquer das referidas deficiências.

A parte embargante sustenta existir omissão no julgado, procurando fazer valer o entendimento de que, *"remetidos os Autos ao E. TRF-3, as violações a Lei Federal suscitadas no Recurso Especial e no Agravo em Recurso Especial não serão analisadas, restando prejudicado o direito de ampla defesa da ora Embargante"* (fl.355), pelo que seria indevida a devolução do feito, para fins de observância do art.1.030, I, b, e II, do CPC/2015.

Com efeito, a decisão embargada não foi omissa ao consignar que, no caso dos autos, *"quanto à questão da multa moratória aplicada, verifica-se que, nos presentes autos, a Corte local ancorou-se em recurso extraordinário julgado pelo rito do art. 543-B do CPC/73 - RE 582.461 RG/SP (Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 18/05/2011, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-158 DIVULG 17-08-2011 PUBLIC 18-08-2011 EMENT VOL-02568-02 PP-00177) - Tema 214 - para solucionar a contenda."* e que *"Realmente, quanto à referida matéria, ressalta-se a existência de repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, no RE 582461 RG/SP - (Tema 214 - "a) Inclusão do ICMS em sua própria base de cálculo; b) Emprego da taxa SELIC para fins tributários; c) Natureza de multa moratória fixada em 20% do valor do tributo"* (cf. fls. 347/348), razão pela qual foi determinada a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que o recurso especial da parte ora embargante seja apreciado apenas após exercido o juízo de conformação, na forma do art. 1.030, I, b, e II, do CPC/2015, ante o que decidido pela Corte Suprema, em repercussão geral, nos referidos autos.

Como se vê, inexistente, pois, qualquer obscuridade, contradição, erro material ou omissão no julgado embargado, conforme exige o art. 1.022 do CPC/2015, impõe-se a rejeição dos presentes embargos de declaração.

A propósito, confira-se:

*PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES DE MÉRITO.*

# Superior Tribunal de Justiça

**IMPOSSIBILIDADE. CARÁTER MERAMENTE PROTELATÓRIO. APLICAÇÃO DA MULTA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC.**

1. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas traduzem inconformismo com o teor da decisão embargada, pretendendo rediscutir matérias já decididas, sem demonstrar omissão, contradição ou obscuridade (art. 535 do CPC).

2. É nítido o intuito protelatório do recurso, dando ensejo à aplicação da penalidade prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC, à razão de 1% do valor corrigido da causa.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg nos EREsp 545.285/RS, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJ de 1º/8/2006).

Ademais, é importante frisar que tanto o STF quanto este STJ possuem entendimento tranquilo de que incumbe ao Tribunal de origem, com exclusividade e em caráter definitivo, proferir juízo de adequação do caso concreto ao precedente formado em repercussão geral ou repetitivo. Daí a compreensão pela necessidade do cumprimento da norma inserta no art. 1.040 do CPC/15, ou seja, o rejulgamento por órgão fracionário competente do recurso direcionado à Corte de origem (apelação, agravo de instrumento), se o acórdão estiver em confronto com o posicionamento consolidado nas Cortes Superiores; ou a negativa de seguimento de recurso extraordinário *lato sensu* se o acórdão recorrido estiver em conformidade com o precedente firmado.

Finalmente, apenas para que não parem dúvidas, caso remanesçam questões impugnadas no recurso especial distintas daquela objeto da afetação pelo STF, aplicável se mostra, *mutatis mutandis*, o comando previsto no art. 1.037, § 7º, do CPC/2015, que determina que seja julgada em primeiro lugar a matéria afetada, para apenas depois se prosseguir na resolução do resíduo não alcançado pela afetação.

**ANTE O EXPOSTO**, rejeitam-se os embargos declaratórios.

Publique-se.

Brasília, 04 de outubro de 2019.

Ministro Sérgio Kukina, Relator